

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

SEÇÃO REGIONAL PARAÍBA

XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA
João Pessoa-PB, 26 a 29 de julho de 2010

▪ LISTA DE MINI-CURSOS

No.	Titulação/Ministrante/ Instituição	Título de Proposta	Resumo
1	Ms. Ana Paula Sobreira Bezerra (UFPE) e Drando. Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE)	História Social Inglesa: sociedade, política e economia	Em consonância com o tema geral do evento, o presente Mini-Curso propõe uma reflexão e um estudo conjunto sobre A História Social Inglesa . Tem por objetivo central promover um espaço de estudo e de reflexão sobre a História Social Inglesa, com ênfase nas contribuições dos historiadores Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill. Pretende-se discutir o papel dos historiadores do Partido Comunista inglês e as relações entre a História Social do Trabalho, a História "Vista de Baixo" e o materialismo histórico em Marx. Em E.P.Thompson estudaremos capítulos selecionados de " <i>A Miséria da Teoria</i> " e da " <i>Formação da Classe Operária Inglesa</i> " e o texto " <i>Economia Moral da Multidão</i> "; de Eric Hobsbawm, artigos selecionados de " <i>Mundos do Trabalho</i> " e " <i>Os Trabalhadores</i> "; de Christopher Hill, " <i>A Revolução Inglesa de 1640</i> ".
2	Ms. Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes (IFPBCajazeiras e FAFIC-Cajazeiras).	História e Vida: novos rumos da história na sala de aula	A disciplina de história muitas vezes foi utilizada com o intuito de formar uma identidade comum, nacional, negligenciando a pluralidade étnica que formou o Brasil, seus encontros e desencontros e as desigualdades sociais. Isto tornava o saber histórico na sala de aula algo enfadonho, desestimulando o interesse do alunado e inclusive do professor, pois tudo o que se estudava era previsível, linear e harmônico. No entanto, diante dos avanços que a historiografia passou (e ainda vem passando), nova postura foi sendo assumida pelos pesquisadores e professores de história. Esta passa a envolver e valorizar as diferentes classes sociais, culturas, hábitos, conflitos, fontes documentais, enfim, uma multiplicidade de sujeitos entra em cena, inclusive as minorias e anônimos da história. Portanto, a vida humana, nas suas tramas e matizes, passa a ser apreciada pelos domínios da história, tornando-a, uma disciplina atraente e instigante. Entretanto, diante das dificuldades do dia-a-dia na sala de aula, os profissionais do ensino de história, os professores, ainda sentem dificuldade para transformar o seu ambiente de trabalho em um espaço de construção onde ele e seus alunos são as peças-chave (atores principais) e não, meros coadjuvantes,

			<p>receptores do conhecimento produzido nas academias. Diante do exposto, vem a pergunta: o que podemos fazer para melhorar a prática de ensino de história no ambiente escolar? Como proceder diante das resistências dos alunos em relação à disciplina de história? De que modo podemos tornar a sala de aula um ambiente de construção do saber histórico (e não apenas de transmissão do saber histórico)? A prática de ensino de história é uma arte de conquista cotidiana, logo, é com base nessa idéia que irá se desenvolver o presente minicurso. Iremos nos voltar para o saber histórico na sala de aula. Procuraremos trazer contribuições para o enfrentamento dos desafios atuais diante dos avanços tecnológicos, dos meios de informação e mídias, de modo que a história não pode ser uma disciplina que transmite um passado estático, dado e acabado. Para tanto, utilizaremos os seguintes tópicos-conteúdos: a) repensando o ensino de história: seus rumos em novos tempos; b) sala de aula, um espaço de construção de saber(es): professor e aluno utilizando (múltiplos) registros documentais; c) tv, internet, filmes e música: professor criativo, aluno atento; d) posso escrever e criar: o professor/pesquisador produzindo conhecimento histórico.</p>
3	Ms. Annie Larissa Garcia Neves Pontes (Universidade Potiguar)	Entre Cronos e Clío: aplicação do tempo histórico e do tempo cronológico na 2ª fase do ensino fundamental	<p>O tempo é uma questão fundamental para a nossa existência. Inicialmente, os primeiros homens a habitarem a terra determinaram a sua contagem por meio da constante observação dos fenômenos naturais. Dessa forma, as primeiras referências de contagem do tempo estipulavam que o dia e a noite, as fases da lua, a posição de outros astros, a variação das marés ou o crescimento das colheitas pudessem metrificar "o quanto de tempo" se passou. Na verdade, os critérios para essa operação são diversos. Apesar de ser um referencial de suma importância para que o homem se situe, a contagem do tempo não é o principal foco de interesse da História. Em outras palavras, isso quer dizer que os historiadores não têm interesse pelo tempo contado nos calendários, pois sua passagem não determina as mudanças e acontecimentos (os tais fatos históricos) que tanto chamam a atenção desse tipo de estudioso. O tempo empregado pelos historiadores é o chamado "tempo histórico", que possui uma importante diferença do tempo cronológico. Enquanto os calendários trabalham com constantes e medidas exatas e proporcionais de tempo, a organização feita pela ciência histórica leva em consideração os eventos de curta e longa duração. Dessa forma, o historiador utiliza formas de se organizar a sociedade para dizer que um determinado tempo se diferencia do outro. Na História, as mudanças nunca conseguem varrer definitivamente as marcas oferecidas pelo passado. Mesmo parecendo que tempo histórico e tempo cronológico sejam cercados por várias diferenças, o historiador utiliza a cronologia do tempo para organizar as narrativas que constrói. Ao mesmo tempo, se o tempo cronológico pode ser organizado por referenciais variados, o tempo histórico também pode variar de acordo com a sociedade e os critérios que sejam relevantes para o estudioso do passado. Sendo assim, ambos têm grande importância para que o homem organize sua existência. Nesse sentido, o presente minicurso pretende abordar diferentes métodos sobre a aplicação dos conceitos referentes ao tempo cronológico e histórico, estabelecendo suas diferenças e semelhanças para os</p>

			alunos e professores da 2ª fase do Ensino Fundamental, procurando discutir metodologias que modifiquem o cotidiano das aulas de História e contribuindo para a transformação da comunidade escolar em sujeito histórico e não apenas mero expectador da História.
4	Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG) e Helmara Gicelli Formiga Wanderley (UFCG)	A Cidade como Espaço de Lazer e Diversão: história e historiografia em questão	EMENTA: História e Historiografia das cidades; O cotidiano como possibilidade de estudo; As fontes o estudo do urbano; Experiências de pesquisa: práticas e representações sobre os lazeres noturnos em cidades do interior da Paraíba. PROPOSTA: Os estudos sobre as cidades apresentam-se como um campo interdisciplinar, possibilitando muitas abordagens e abrindo novas perspectivas para pesquisadores das diversas ciências humanas, e mesmo das ciências exatas e tecnológicas, isto por são elas o lugar por excelência onde as coisas acontecem. Este minicurso objetiva realizar uma análise teórica acerca das possibilidades de estudo sobre cidades na perspectiva da Nova História Cultural, para tanto, inicialmente discutir-se-á algumas obras que têm a cidade como objeto de estudo; deseja-se também, conhecer algumas das principais fontes usadas para adentrar neste universo polifônico. Por fim, pretendemos, tendo por base experiências de pesquisa em duas cidades do interior da Paraíba, quais sejam: Campina Grande e Pombal, analisar algumas práticas e representações sobre as sociabilidades surgidas num contexto de modernização destas urbes, atentando especialmente para mostrar como as práticas de lazeres foram significadas e [re]significadas por seus agentes sociais, neste sentido, deseja-se ainda mostrar como tais práticas foram perpassadas por tensões e negociações entre os grupos nomeados como elite e aqueles nomeados como populares.
5	Ms. Benjamin Xavier de Paula (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri–UFVJM/ Universidade Federal de Uberlândia–UFU)	O Ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência e reflexão.	A obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África e Afro-Brasileira, e da contribuição das populações de matrizes africanas no Brasil para a formação da identidade nacional, foi instituída por meio da Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e das demais legislações correlatas, e visa a reeducação positiva das relações étnico-raciais na educação brasileira, com foco na superação das práticas escolares discriminatórias e excludentes contra os alunos negros e afro-descendentes no espaço escolar. A reflexão ora apresentada está inserida numa perspectiva de engajamento acadêmico, haja vista que, estivemos à frente de projetos e programas de formação de professores na perspectiva da implementação da Lei á que nos referimos anteriormente; como desdobramento desta atuação, voltamos nossas preocupações para o estudo dos impactos da formação realizada em nome das novas disposições legais na prática dos professores, bem como, na resignificação das suas práticas pedagógicas no ambiente de trabalho e nas relações interpessoais: o foco da nossa proposta de minicurso.
6	Drando. Giscard Farias Agra (UFPB/PPGH-UFPE)	Uma Modernidade entre a Rua e o Mato: Campina Grande, 1904 a 1935	O presente curso pretende discutir como os diversos significados de modernidade em Campina Grande, no período entre 1904 e 1935, estiveram intrinsecamente vinculados à idéia central de promoção da urbanidade em todos os aspectos da vida dos moradores da cidade. Assim, dos planos político e econômico ao plano cultural, a modernidade aparecia enquanto a emergência de uma vida urbana, ligada às atividades e às pessoas da cidade, que promoveria a civilização e o

			<p>progresso de Campina, em superação aos elementos rurais, ligados ao campo e seus moradores, a um passado de "atraso". A dicotomia plenamente moderna, que opõe cidade a campo, aparece na própria literatura historiográfica da cidade como a oposição entre "rua" e "mato", oposição produtora de uma sensibilidade no século XIX que se altera no século XX, estabelecendo novos lugares e novos valores significantes para cada um desses espaços. A "rua" passa a ser o símbolo do próprio progresso da cidade, e a sua transformação em uma <i>urbs</i>, extraindo-lhe as marcas e os vestígios de um passado rural, passa a se constituir como um discurso cada vez mais forte, mesmo que Campina ainda se apresentasse como mais um cadinho das diversas experiências e práticas de seus moradores.</p>
7	Ms. Giulianne C. Barros dos Anjos e Ms. Raillane Martins (Prefeitura Municipal de Campina Grande)	Campanhas eleitorais na Paraíba: uma discussão em torno dos simbolismos do poder local	<p>Após os redimensionamentos que envolveram o estudo da história política em fins do século XX, os processos políticos passaram a ser passíveis de uma variedade de análises, que envolvem desde aspectos como as relações de gênero, a participação popular, até as diversas formas com as quais os poderes institucionais se revestem de legitimidade. Neste contexto, as campanhas eleitorais também se apresentam como um objeto rico em elementos que podem possibilitar ao historiador visualizar o desenrolar da política nas suas variadas facetas. Partindo deste pressuposto, nossa proposta consiste em abordar as campanhas eleitorais como elementos produtores de representações, de construções e desconstruções simbólicas, que elegem protagonistas e antagonistas no teatro cotidiano do poder. Tal discussão partirá da análise de processos eleitorais de diferentes momentos do cenário republicano da Paraíba. Elegeremos campanhas políticas que nos possibilitem visualizar os artefatos utilizados por candidatos que apelam para simbolismos próprios da cultura política local, tais como mitos de origem, lugares de memória, personalidades políticas revestidas de aspectos míticos, etc. Selecionamos, por exemplo, a campanha eleitoral para a sucessão no governo paraibano de 1912, que contou com a atuação de militares nos conflitos intra-oligárquicos, próprios da República Velha. Outro processo eleitoral por nós elencado é a campanha da Aliança Liberal em 1929, que teve grandes repercussões no cenário político local, visto que João Pessoa, presidente do Estado da Paraíba, era o candidato à vice-presidência, ao lado de Getúlio Vargas. Faremos ainda referências a campanhas na década de 1950/60, que teve em nomes como José Américo de Almeida, Ruy Carneiro, Pedro Gondim, exemplos significativos da utilização de discursos de desenvolvimento e de salvação para o Nordeste como esteio para a sensibilização e identificação com o eleitorado paraibano. Abordaremos também campanhas atuais, como a do ex-Governador Cássio Cunha Lima (2002 e 2006) e do Prefeito de Campina Grande Veneziano Vital do Rego (2004 e 2008) que são exemplos da incorporação dos discursos de força de jovialidade, associados à idéia de dinamismo, que passaram a fazer parte das enunciações de políticos que buscavam uma base de apoio na juventude votante do Estado. Tomaremos como fontes, para a construção de nossa análise, os elementos que difundem as representações dos citados candidatos, sejam discursos emitidos por ele mesmos, pelos seus guias eleitorais, ou mesmo em músicas de campanha, fotos, faixas, "santinhos", dentre outros.</p>

8	Dr. José Jonas Duarte da Costa (UFPB)	Movimentos sociais, democracia e socialismo na América Latina.	O mini-curso versará sobre o debate histórico na América Latina, envolvendo temas cruciais à compreensão de seu processo histórico como os avanços e retrocessos nas conquistas democráticas no continente. Suas vinculações com as questões socioeconômicas e as desigualdades sociais. Por outro lado será abordado como outra face do mesmo processo os modelos políticos de desenvolvimento latino-americano e a participação dos movimentos sociais de caráter populares na construção histórica de perspectivas socialistas para a América Latina. Estudaremos algumas experiências de iniciativas de construção de sociedades socialistas, alternativas ao capitalismo e ao domínio imperialista na região.
9	Dra. Monique Cittadino (UFPB)	Interventorias e Governo Vargas na Paraíba (1930-1945)	O presente mini-curso está voltado para a discussão do período Vargas na Paraíba (1930-1945), abordando-se as linhas gerais das diferentes interventorias que governaram o Estado ao longo deste período (Anthenor Navarro, Gratuliano de Brito, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro). Ao discutir-se as características fundamentais destes respectivos governos, pretende-se fazer um paralelo com as diretrizes fundamentais adotadas pelo governo Vargas em relação ao novo modelo de Estado que se implantava no país, de forma que a centralidade da discussão almejada neste mini-curso vincula-se às relações estabelecidas entre poder local e governo central no período em foco. Medidas voltadas para a modernização das atividades produtivas locais, o aparelhamento das estruturas administrativas estaduais e a implantação de órgãos destinados à promoção do assistencialismo são alguns dos pontos a serem debatidos neste espaço de trabalho.
10	Drando. Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes (PPGH/UFPE)	História e Espaço	Nesta proposta de mini-curso, pretendemos discutir como a problemática de uma abordagem histórica do espaço – muitas vezes negligenciada por historiadores de várias gerações e vinculados a diferentes escolas historiográficas – tornou-se, a partir da primeira geração dos <i>Annales</i> , uma controversa questão de ordem teórico-conceitual. Partindo desta constatação, ressaltamos a necessidade de “desnaturalizar” nossa concepção sobre o espaço, enfatizando noutro sentido, sua importância enquanto dimensão fundamental da experiência humana e rejeitando igualmente a ideia do espaço enquanto mero cenário no qual se desenvolvem os processos históricos. Assim, neste mini-curso, pretende-se analisar aspectos teórico-metodológicos relativos aos campos denominados de Geo-História e História Ambiental ou Eco-História. Neste sentido, propomos discutir inicialmente a historiografia recente acerca dessa temática como forma de traçarmos um quadro geral da produção histórica neste campo (objetos, abordagens, metodologias e fontes). Outra questão que será abordada se relaciona as concepções de espaço e suas representações gráficas em diferentes contextos históricos. Objetivamos com isso, problematizar os mapas históricos enquanto documentos de uma época, e, portanto, enquanto fontes históricas e instrumentos indispensáveis para a compreensão de determinados contextos. Na condição de documento visual, o mapa é portador de elementos significativos para a compreensão de movimentos de expansão territorial, por exemplo, mas também podemos enxergá-los como condensadores de um olhar sobre o mundo, na medida em que seus produtores recortam, apreendem, omitem e transpõem

			em uma figuração cartográfica, ideias e conceitos de uma época. Em outras palavras, nos mapas se expressam relações de poder sendo estes resultado de uma intencionalidade. Por fim, pretende-se fazer um exercício de problematização do espaço-sertão, historiando o mesmo enquanto espaço de cultura mestiça, de baixa institucionalidade, violenta, conflituosa, de fuga e heresia, dentre outras representações apreendidas nas fontes escritas e cartográficas.
11	Ms. Rosemary Ramos Rodrigues (FIP-Patos)	(Des)pudores coloniais: entre vícios e pecados – imagens de um Brasil depravado.	Entre a moral cristã e as sensibilidades coloniais, a imagem de um Brasil sexualmente ativo vai se forjando. Jesuítas e viajantes, ao sabor de venturas e desventuras, relatam práticas libidinosas e amorosas que extrapolam as moralidades europeias. Nesses relatos desfilam nudez, poligamia, incesto, volúpia, sodomia, traição, etc. em terras ora descritas como paraíso e ora como inferno. Assim, homens e mulheres compõem um cenário pintado pelo vermelho do pau-brasil (representação do inferno), na qual a falta de privacidade evidencia gemidos e sussurros. Nesse cenário, encontramos índios/índias, brancos/brancas e negros/negras relatados em suas várias facetas sexuais, como nativos vivendo da poligamia e incesto, senhores em enlances sexuais com suas escravas, brancas vivendo no pecado nefando, etc. A partir da construção da erotização dos corpos que habitam o Brasil, tenho como objetivo analisar as imagens que estrangeiros vão construindo acerca da sexualidade e moralidades no Brasil Colônia.
12	Dranda. Maria da Vitória Barbosa Lima (PPGH/UFPE) e Dra.Solange Pereira da Rocha (UFPB)	Libertos na sociedade escravista: mulheres e homens negros “vivendo sobre si”	Este mini-curso pretende discutir as relações sociais de pessoas libertos na sociedade escravista, visto que, na América portuguesa e no Brasil Imperial, existia a possibilidade de um escravizado adquirir a carta de alforria e se tornar um liberto/forro. Para alcançar essa condição jurídica havia três formas: recebia-se ou comprava-se a liberdade na pia batismal, se registrava em testamento ou, ainda, os “títulos de liberdade” eram concedidos pelos(as) proprietários(as), de forma onerosa ou gratuita. A produção dos referidos documentos nos legou a possibilidade de reconstituir fragmentos das trajetórias de alguns personagens históricos que conquistaram a liberdade, assim como permite identificar os padrões de se libertar e a política de alforria existente em várias partes do Brasil, tanto na época Colonial como na Imperial.
13	Dranda. Vanuza Souza Silva (UEPB; UVA; PPGH/UFPE)	História e Violência: Outros sentidos do cotidiano	Este Mini-curso pretende fazer uma discussão sobre os diferentes sentidos do conceito de violência na história e através dessa discussão criar outras questões para a história do cotidiano, das práticas dos sujeitos ordinários. O curso discutirá a metodologia do trabalho com as fontes que tratam do cotidiano e violência, como exemplos, jornais, mídia, processos crimes e outros. Hoje é possível a história do medo, da lágrima, do amor, do corpo e nessa mesma caminhada desviante, este grupo de discussão quer pensar a história das violências no cotidiano, ao mesmo tempo pensar o cotidiano de práticas de violências, porque pensar essa relação significa trazer à luz do debate outras histórias de vidas, de memórias, histórias cortadas ou marcadas por fios de lembranças e silêncios que assim se fizeram nos embates, nos conflitos e quem sabe até nas batalhas que levaram a algum tipo de morte, a física, a da palavra ou a da moral. Trazer à luz da historiografia o debate sobre cotidiano e violência significa atualizar simultaneamente a história das disciplinas, a história dos poderes, das normas

			<p>que iluminaram os que não quiseram ou não conseguiram seguir a linha da disciplina, e principalmente desnaturalizar o conceito de violência, como se a violência tivesse ocorrido ao longo dos séculos da mesma forma e com os mesmos sentidos. Cada sociedade significou e significa a violência de modo diferente. As sociedades antigas instituíram a violência como forma de vencer outras sociedades na guerra e nas batalhas. Nas sociedades medievais o cotidiano sanguinário se realizava em nome de um ritual divino, de sangue e dor. As sociedades modernas na luta contra o despotismo do rei instituíram o terror da liberdade, da revolução. Desse modo é necessário pensar o sentido semântico, os sentidos vários que o conceito de violência foi assumindo ao longo dos séculos para que possamos compreender o que nossas sociedades estão denominando de práticas de violências no cotidiano e práticas cotidianas de violência, em que estas acabam se tornando um espetáculo singular. A violência enquanto conceito tem uma história e como conceito ela serve a determinados interesses, este grupo pretende (re)pensar esta escritura de um conceito que acaba naturalizando lugares e sujeitos.</p>
14	Cláudia Lago (UFPB)	Arqueologia: entre teorias e práticas.	<p>O trabalho arqueológico é compreendido por diversas fases que vão desde a leitura de documentos escritos e mapas, por exemplo, passando pela análise do solo, planejamento de qual método mais adequado para executar as escavações, análise do material coletado, até chegar enfim, às exposições em museus. Assim, a amplitude do trabalho arqueológico não se limita apenas as escavações ou coletânea de artefatos, nem tão pouco se assemelha às aventuras hollywoodianas. Desta forma, o minicurso propõe mostrar a arqueologia na sua forma ampla, desde as primeiras idas a campo, passando pela curadoria dos artefatos e desembocando em usos do patrimônio arqueológico. Neste caso, cumpre entender este patrimônio a partir de uma relação com as memórias e as identidades. Esta discussão se insere, no campo teórico, numa vertente da arqueologia contemporânea surgida na década de 1980 e que se popularizou com o nome de arqueologia pública. A inserção de novas áreas na arqueologia deve ser explicada, assim como cada uma destas áreas pensa os vestígios arqueológicos, ou as evidências arqueológicas. No interior destes paradigmas, reside a formação de várias arqueologias, como, por exemplo, a arqueologia da paisagem e a arqueologia de gênero. Os paradigmas são mais facilmente mapeados, porém, nas últimas décadas o campo das técnicas usadas em arqueologia (de campo, de datação, de informação, etc) tem sido constantemente ampliado, inclusive, por exemplo, com a arqueometria – um ramo da arqueologia construído na interface com ciências como a física e a química. Contudo, quando o assunto é a escavação propriamente dita, os caminhos são basicamente dois: a escavação à francesa, com o método de escavação por superfícies amplas – criado pelo Leroi Gourhan – e análise estratigráfica; e variações do método Wheller. Para demonstrar de forma clara o processo de trabalho do arqueólogo, o curso demonstrará as principais correntes teóricas e as formas de trabalho de campo, mostrando na prática, como se aplica as teorias discutidas pelas referências acima citadas.</p>
15	Giovanna de Aquino Fonseca Araújo	Patrimônio Histórico Cultural	<p>Com o objetivo de fazer conhecer e preservar o Patrimônio Histórico-cultural</p>

	(FAVIP)		paraibano oferecemos este mini-curso, como um espaço de diálogo, e esclarecimentos, que busque acima de tudo possibilitar uma discussão junto aos participantes, sobre o conceito de patrimônio cultural (desde o conceito tradicional ao contemporâneo), destacando o papel desenvolvido pelo IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e IPHAEP- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, quanto a construção/preservação/conservação do patrimônio histórico cultural paraibano. Tais esclarecimentos se darão no âmbito de discussões sobre o conceito de patrimônio cultural tangível e intangível, bem como toda a política de preservação adotada e legitimada pelo Estado, no que se refere a tombamento e registro patrimoniais. Acreditamos, contudo, que sejamos co-gestores neste processo de responsabilidade quanto a estas políticas de preservação, fazendo, portanto, exercer nossa condição de cidadãos críticos e pós-modernos na contemporaneidade.
--	---------	--	---

João Pessoa, 27 de janeiro de 2010.